

A fronteira amazônica brasileira produzindo desenvolvimento econômico e mártires

VILMAR FERREIRA DOS SANTOS*

OSNERA PINTO DA SILVA*

Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes.

Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte

Conflitos Fundiários na fronteira

“Senhores Parlamentares, a violência e impunidade no campo é uma realidade permanente no sul e sudeste do Pará”¹. Impossível iniciar a escrita desse texto sem recordar o que a CPT-Comissão Pastoral da Terra investigou, refletiu e concluiu, em 2004, ao escrever uma carta à CPMI da Reforma Agrária relatando a situação de conflito fundiário nesta parte da Amazônia brasileira. Foi um documento corajoso, posto que estarrecedor, configurando “os crimes no campo, os nomes, os históricos dos assassinos impunes, e ainda, o relatório de terras onde há trabalho escravo”².

As reflexões de Maria do Perpétuo Socorro Chaves *et al* nos auxiliam no entendimento dos nexos que desencadearam o mapeamento demográfico da Amazônia,

* Graduado em História pela UFPA e aluno do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Severino Sombra-USS/RJ. E-mail: vico.4@hotmail.com

* Graduada em História pela UFPA/Campus de Marabá e aluna do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Severino Sombra-USS/RJ. E-mail: 13onix@bol.com.br

¹ Ver CPT. Um dossiê dos crimes da terra. 2004, p. 1. Acesso em 10/03/2011.

² Idem.

desde o início da sua ocupação, inferindo que “os conflitos [...] ganharam visibilidade na Amazônia a partir da década de 60, com a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas que acelerou a expansão urbano-industrial, e gerou um quadro de conflitos por toda a região”³. Aliada à tragédia que representa o desflorestamento da Amazônia, é nesse espaço geográfico que os interesses das populações pobres de todos os cantos do Brasil vão colidir com a ganância de grandes empresários brasileiros e empresas multinacionais que, reservadas as devidas proporções no que tange à destinação do bem, ambas tratam de garantir para si uma porção de terra disposta.

Nos interessa, particularmente, a forma como BARP *et al* (2003: 8) reconhece e analisa o processo de ocupação da Amazônia como espaço social em formação e apresenta os atores sociais desta demanda. Assim, para ele:

Há uma forma de violência de fronteira ligada a processos peculiares de acumulação de capital, [...]; a fronteira deve ser analisada como um espaço de conflitos de interesse entre várias categorias sociais, isto é, como um espaço contestado (SCHMINK e WOOD, 1992). Nesse espaço contestado, o conflito nem sempre se manifesta entre classes sociais. Poderíamos dizer que a Amazônia é um espaço social em formação, e ali, em vez de classes sociais, há grupos ou categorias sociais em disputa pelo espaço.

Quais seriam as categorias dispostas nesse processo? Postos à análise do processo, plenamente reconhecíveis, para SANTOS (2010:9) “é no espaço geopolítico da fronteira econômica na Amazônia que vamos encontrar o trabalhador rural (posseiro), o “gato” (pistoleiro) e o “proprietário” (grileiro) de terras e de gentes”⁴. Para a massa migrante, terra significa o espaço para plantar bens de subsistência e, exatamente por isso, torna-se indispensável à sobrevivência da família. Para os altos empresários e grandes empresas detentoras do capital internacional, terra é objeto de especulação. HÉBETTE *et al*, fundamentado em MARTINS (1980: 34; 1991:43), “à luz de pesquisas de campo na fronteira amazônica, estabeleceu as categorias antagônicas “terra de negócio” e “terra de trabalho”, que caracterizariam as contradições

³ Ver CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro *et al*. Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. Artigo. Disponível em PDF. Acesso em 10/03/2011.

⁴ Ver SANTOS, V. F. À ferro e fogo: a destituição de poder de luta de uma mulher que se fez brasileira. Artigo, p. 9, 2010.

fundamentais da questão agrária no processo de luta pela terra”⁵. E prossegue, “as décadas de 70 e 80 representam o marco da maior transformação social no campo paraense após a Cabanagem (1835-1838)”⁶. É nesse espaço de luta, onde consubstancia-se as ambições dos agentes sociais envolvidos, que ganha sentido quando afirmamos que o desenvolvimento da Amazônia produziu (e produz ainda) mártires.

Desde a década de 1970 que a porção oriental da Amazônia brasileira transformou-se no palco de uma guerra silenciosa que às vezes explode, expondo ao mundo o lado mais cruel da violência: trabalho escravo, tortura, assassinatos e chacinas de homens, mulheres, crianças ou idosos, agricultores ou trabalhadores urbanos, indígenas, leigos ou religiosos.

O governo brasileiro tinha a intenção de povoar a Amazônia e, para conseguir seus objetivos, utilizou de todos os artifícios, inclusive prometendo um pedaço de terra a cada família pobre que atendessem seu apelo. O que se viu, foi uma corrida desenfreada para a Amazônia que teve povoada, de imediato, a sua parte leste, compreendida pelo sudoeste do estado do Maranhão e pelo sudeste do estado do Pará. Logo, essas regiões passarão a ser conhecidas como espaços de produção de violência no campo. Conforme SOUZA (2006:1)

Nos últimos vinte anos, mais de 500 pessoas, entre trabalhadores rurais, assentados, pequenos agricultores e lideranças do movimento em defesa da reforma agrária e dos direitos humanos, foram assassinados no Pará, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). No mesmo período, cerca de 117,3 mil quilômetros quadrados de florestas foram desmatados no Estado, mais de duas vezes o território da Paraíba. Sem relação aparente, os dois tristes números fazem parte da mesma tragédia socioambiental encenada também em vários outros locais da Amazônia.

Foi montada uma grande estrutura de sustentação governamental ao processo de ocupação pretendido da Amazônia. Empresas de fomento ao desenvolvimento foram criadas e estradas construídas.

⁵ Ver HÉBETTE, *et al.* A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. Artigo disponível em PDF. Acesso em 10/03/2011.

⁶ Idem.

Esses processos de ocupação e de desenvolvimento impostos, via ação política de agências governamentais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), dentre outros, deixaram marcas deletérias sobre o espaço e os povos amazônicos, cujos impactos puderam ser notados nos ecossistemas regionais, nas formas de ocupação da região e na organização sociocultural das populações amazônicas.

Mas, sem dúvida, a construção de rodovias⁷ era o carro-chefe do projeto de desenvolvimento do governo para a Amazônia. Rodovias federais e estaduais começaram a ser construídas e, à medida em cortavam o território da Amazônia, iam estabelecendo populações migrantes em povoados de pau-a-pique levantados às suas margens. São ilustrativas as sagas das famílias que, ao longo da Transamazônica, da Belém-Brasília e da PA-70, no ato de apossamento da terra, entraram em conflito com populações indígenas e com ‘grileiros’ que haviam se apossado de terras devolutas⁸. Para HÉBETTE *et al*, “a decisão de abertura da rodovia Belém-Brasília, sob o governo de Juscelino Kubitschek, aceleraria a partilha das terras devolutas”⁹.

Autores como William Santos de Assis e Oswaldo Braga de Souza, são categóricos em confirmar os efeitos catastróficos do projeto do Governo de desenvolvimento da Amazônica para as populações pobres. Segundo ASSIS (2003: 5),

O sudeste do Pará, em especial, se torna um “barril de pólvora” e a violência passa a ser uma marca indelével das relações sociais envolvendo interessados na posse da terra. As políticas praticadas pelo governo federal no decorrer dos anos vão favorecer o aumento da prática da violência, especialmente, no meio rural.

⁷ A abertura da rodovia estadual PA-70, no final dos anos 60, e da Transamazônica, no início dos anos 70.

⁸ Em muitos casos o governo do Estado concedia a famílias ricas de um determinado lugar um documento que lhes dava o direito de explorar as riquezas vegetais numa gleba de terras. Geralmente esse documento era adulterado, seu caráter modificado e seus limites alargados. Também era utilizado como “arma” para expulsar famílias migrantes que se apossavam de terras para produzir a subsistência de suas famílias.

⁹ Ver HÉBETTE, *et al*. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará, p. 123. Artigo disponível em PDF. Acesso em 10/03/2011.

Sob o tom imposto pela grilagem¹⁰ de terras no sudeste do Pará, muitas famílias de posseiros foram desestruturadas violenta e injustamente, tornando-se no principal instrumento de violência no campo. Para SOUZA (2006: 7)

Depois de crescer à sombra de políticas públicas e leis equivocadas que perduraram por décadas (algumas delas ainda vigentes), a grilagem é reconhecida hoje como um dos principais motores do desflorestamento e dos conflitos fundiários que acabam resultando na violência cometida contra populações locais e tradicionais.

Segundo relatório da CPT, no sul e sudeste do Pará, no período, 1986 a 2003, foram assassinados 419 trabalhadores rurais. Do total destes crimes, apenas sete foram definitivamente julgados, com responsabilização judicial dos envolvidos¹¹. É no contexto da resistência reconhecida na razão dos conflitos fundiários estabelecidos na fronteira econômica na Amazônia que um número considerável de homens e mulheres morreram e são mortos ainda hoje. Maria Joel da Costa – ainda viva –, esposa do sindicalista Dezinho, morto na embate com latifundiários, é símbolo dessa capacidade (se bem que poderíamos dizer, necessidade) de resistir. Ao assumir o posto de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, é categórica ao afirmar: “eu vou continuar até o fim e quero que esta história não seja uma história de morte, mas uma história de vida, da vida dos trabalhadores”¹². Outro exemplo de resistência nos é dado pela Irmã Dorothy Stang, relativamente ao trabalho missionário da Pastoral da Terra que vinha realizando no município de Anapu/PA, no que tange à implementação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável-PDS. SAUER (2005:13) transcreve:

“Eu moro na área há vinte e dois anos. Eu trabalho com todo esse pessoal... Nós vimos ocupando a terra palmo a palmo, lutando... Nós procuramos esse PDS já em 1994, porque todo esse povo é migrante e saiu de lugares onde

¹⁰ O termo “grilo” ou “grilagem” vem da prática de fechar um título de terra ou outro documento de caráter fundiário falsificado com esse inseto de modo que ele se alimente do papel e deposite seus excrementos sobre ele, amarelando-o e dando a impressão de documento velho e possivelmente autêntico. Ver SAUER, Sérgio. Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

¹¹ Ver CPT. Um dossiê dos crimes da terra. 2004, p. 7. Acesso em 10/03/2011.

¹² Ver SAUER, Sérgio. Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p. 13.

não têm mais como sobreviver, como no Nordeste, porque a mata acabou. Então, nosso plano, já de muitos anos, é para criar uma área sustentável, onde se tenha futuro, onde a mata não acabe... Esse projeto, que o Incri endossa e nos deu toda a confiança, nos deu toda a razão para criarmos esse projeto, pelo qual o povo vai sobreviver de uma maneira digna”.

São mortes anunciadas e existem listas de “marcados para morrer” com valores estipulados para cada um. Fazendo um breve levantamento de mortes de lideranças de trabalhadores camponeses ocorridas neste contexto da década de 1980 para cá, é possível anotar: João Canuto (Rio Maria, 1985), Expedito Ribeiro (Rio Maria, 1991), Arnaldo Delcídio Ferreira (Eldorado dos Carajás, 1993), Onalício Araújo Barros – o Fusquinha (1998), Valentim Serra – o Doutor (1998), Euclides de Paula (Parauapebas, 1999), José Dutra – o Dezinho (Rondon do Pará, 2000). Segundo ASSIS (2003:6), “são esses números que conferem ao estado do Pará o título de campeão nacional de violência rural¹³. Não podemos deixar de mencionar aqui os muitos padres e freiras que deram a vida em favor da luta dos oprimidos contra a opressão: Pe. Josimo (paraense), Ir. Adelaide Molinari (gaúcha) e Ir. Dorothy Stang (norteamericana).

Romarias: uma homenagem aos mártires da violência na terra

A primeira Romaria da Floresta¹⁴ foi realizada do dia 22 a 25 de julho de 2006, em Anapu, no Pará. Conforme a CPT de Anapu que organizou o evento, a Romaria quis “celebrar o compromisso de defender a vida da floresta, do povo, do planeta”. Irmã Dorothy Stang viveu vinte e três anos na Transamazônica e foi assassinada em Anapu, no dia 12 de fevereiro de 2005. A Romaria da Floresta faz parte de um quadro de atividades que são desenvolvidas pela CPT, conhecidas como Romarias da Terra e das Águas. Nesse encontro os participantes realizaram uma caminhada de 55 quilômetros, saindo de Anapu, no dia 22, e chegando na tarde do dia 24 ao local onde Irmã Dorothy Stang foi assassinada, o encontro tinha como objetivo refletir sobre os problemas ligados à Floresta Amazônica¹⁵.

¹³ Ver ASSIS, William Santos de. Marcados para morrer: violência contra lideranças rurais no sul e sudeste do Pará. Belém, UFPA/NAEA, 2003, p. 6.

¹⁴ De 2006 até o ano passado foram realizadas cinco romarias. A 5ª romaria, realizada entre os dias 22 e 25 de julho, teve como lema: Povo de fé nos céus e de pé nos chãos, e como tema, “Se quiser a Paz, faça a Justiça.” Disponível em: <http://comitedorothy.blogspot.com/2010/07/5-romaria-da-floresta.html> - Acesso em 17/03/2011.

¹⁵ Disponível em: http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96:para-



Irmã Dorothy Stang – foto tirada no ano de 2001

Em 1966, a irmã Dorothy iniciou seu trabalho no Brasil, na cidade de Coroatá, no Estado do Maranhão. Em suas atividades de pastoral e missionária estava sempre voltadas para a geração de emprego e renda com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, junto aos trabalhadores rurais da área da rodovia Transamazônica e também buscava a minimização dos conflitos fundiários na região. Seu compromisso com os projetos de desenvolvimento sustentável excedeu as fronteiras da pequena Vila de Sucupira, no município de Anapu, no Estado do Pará, a 500 quilômetros de Belém do Pará, e ganhou reconhecimento nacional e internacional.

Essa, porém, não é a única romaria que os camponeses realizam para homenagear e cultivar suas vítimas. É mais uma de várias outras. Pois devido à grande violência que assola os campos paraenses e por conta da inércia do estado muitas vezes omisso em relação aos conflitos, outras vezes se posicionando claramente do lado dos grupos mais fortes, as pessoas vão criando formas de continuar lutando e fazendo suas denúncias: as romarias são uma dessas formas. Elas ocorrem em vários períodos do ano e em vários lugares. Em Marabá, a romaria do Povo de Deus, homenageia os garimpeiros mortos sobre a ponte rodoferroviária do Rio Tocantins; em Jacundá e

&catid=19:romarias-2006&Itemid=70 – Acesso em 19/03/2011.

Goianésia do Pará, a Romaria da Libertação, rende culto às meninas mortas pelo soldado Manoel Dias Aragão¹⁶; em Curionópolis, cidade distante 130 km de Marabá, a Romaria de Irmã Adelaide Molinari faz uma homenagem a essa corajosa mulher que morreu em defesa dos posseiros de uma área que estava em conflito; em Anapu, a Romaria da Floresta homenageia Dorothy Stang pela mesma razão.

São muitas as vítimas dos conflitos no campo. Enquanto o estado se omite a violência vai criando seus mártires e para dialogar com essa situação os povos vão criando suas formas intermediárias. Quando as denúncias diretas junto à justiça não funcionam eles vão encontrando uma forma de denunciar se protegendo e assim vão rezando e denunciando sua situação de desamparo.

Há aproximadamente dezenove anos atrás, líderes mundiais reuniram-se no Rio de Janeiro para o encontro que ficou conhecido como ECO 92. Foi um encontro que tornou-se decisivo na luta para mudar a tendência global de destruição do meio ambiente. Mais de 180 países reconheceram os danos que estavam sendo causados ao planeta e prometeram buscar um caminho mais sustentável para o mundo¹⁷.

O ideal para a construção de um mundo menos devastado e menos violento é que cada um fizesse a sua parte e todos juntos fariam do mundo um lugar melhor para se viver. Irmã Dorothy Stang, de 73 anos viveu quase metade de sua vida na Amazônia e durante esse tempo, fez de tudo para dar voz às comunidades rurais, defendendo seu direito à terra e lutando por um modelo de desenvolvimento sem destruição da floresta. Por isso lutou pela criação do PDS onde assentou várias famílias. Lutou ainda com todas as suas forças para que o Estado se fizesse presente, denunciando inclusive o envolvimento de policiais com fazendeiros e grileiros da região. Defendia a Amazônia e seus habitantes da ação destruidora dos madeireiros que não hesitavam em derrubar a mata e privar as famílias que dela viviam de seu sustento e segurança.

¹⁶ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Mulheres da história recente do Brasil: Dorothy Stang. Disponível em: <http://www.oarcanjo.net/site/index.php/testemunhos/ir-dorothy-stang-testemunhos/mulheres-da-historia-recente-do-brasil-dorothy-stang/>- Acesso em 20/02/2011.

¹⁷ O policial Manoel Dias Aragão estava envolvido em conflitos de terra nas regiões de Goianésia do Pará e Jacundá e na ocasião em que cometeu os crimes tinha sido denunciado pela igreja de Marabá e foi expulso da polícia. De acordo com moradores ele cometeu os crimes para enviar um recado para os posseiros das terras que estavam sendo griladas que ainda estava no controle.

Para defender seus interesses os grandes grupos de madeireiros e também fazendeiros e grileiros formam os consórcios contra dirigentes, militantes e apoiadores do meio ambiente e da reforma agrária. Essa é a tese sustentada pelos movimentos sociais da região do Xingu que é a última reserva de mogno, madeira de elevado valor no mercado internacional¹⁸, que tem motivado a grilagem de terra. Foi contra isso que Dorothy lutou e foi por isso que ela morreu. Em sua homenagem, àqueles a quem ela protegeu celebram todos os anos, em uma longa caminhada de 50 km, à sua vida em (do)ação. Antes e depois dela muitas vítimas tombaram e quantas mais ainda tombarão?

Referências bibliográficas

ASSIS, William Santos de. Marcados para morrer: violência contra lideranças rurais no sul e sudeste do Pará. Belém, UFPA/NAEA, 2003.

BARP, Wilson José. Violência: dinâmica e especialização no campo paraense. Artigo disponível em PDF, acessado em 10/03/2011.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Mulheres da história recente do Brasil: Dorothy Stang. Disponível em: <http://www.oarcanjo.net/site/index.php/testemunhos/ir-dorothy-stang-testemunhos/mulheres-da-historia-recente-do-brasil-dorothy-stang/> - Acesso em: 20/02/2011.

DOROTHY Vive Sempre!: 5ª Romaria da Floresta. Disponível em: <http://comitedorothy.blogspot.com/2010/07/5-romaria-da-floresta.html> - Acesso em: 17/03/2011.

PARCEIROS NO CRIME: A extração ilegal de mogno. A Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”. Relatório do Greenpeace – Outubro de 2001.

PRIMEIRA ROMARIA DA FLORESTA: Cantando a vida. Disponível em: http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96:para-&catid=19:romarias-2006&Itemid=70 – Acesso em: 19/03/2011.

SANTOS, V. F. À ferro e fogo: a destituição de poder de luta de uma mulher que se fez brasileira, Artigo apresentado no II Congreso Internacional Ciencias, Tecnologías y Culturas. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento mirando al futuro de América Latina y El Caribe, realizado no período de 29/10 a 01/11/2010, em Santiago/Chile.

SAUER, Sérgio. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SOUZA, Oswaldo Braga. Quem chega primeiro na Amazônia: o Estado ou o grileiro? ISA, 2006.

¹⁸ Parceiros no Crime: A extração ilegal de mogno. A Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”. Relatório do Greenpeace – Outubro de 2001, p. 02.